

XXX Congresso ALAS 2015
GT 19 - Acción colectiva y movimientos sociales

Perfil do movimento social pró Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil¹

Marcos Arcanjo de Assis² - Fundação João Pinheiro – Brasil
Carolina Proietti Imura³ – Herkenhoff & Prates – Brasil

Resumo

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS) é uma iniciativa coletiva brasileira em torno da agenda dos ODM, que estabelece metas de desenvolvimento humano a serem cumpridas até 2015. O objetivo deste trabalho é analisar o perfil do MNCS no que se refere às suas lideranças, aos atores sociais participantes, bem como suas características organizacionais. Para tanto, realizou-se pesquisa documental, entrevista com o Secretário Executivo e aplicação de questionário com representantes dos núcleos estaduais. Em geral, a ação do MNCS se dirige à regionalização da pauta dos ODM, por meio de mobilização e fomento de núcleos locais. Notou-se que os núcleos seguem a mesma lógica organizacional e discursiva da gestão central e o perfil de seus representantes revela-se homogêneo. Nota-se uma representação trisetorial, boa apropriação metodológica, mas pouca sustentabilidade financeira, o que aponta para a fragilidade do Movimento na transição para a agenda dos ODS, que iniciará em 2016.

Introdução

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) surgiram como pacto global pelo bem-estar e pelo desenvolvimento humano na Assembleia Geral das Nações Unidas no ano 2000. As metas foram estabelecidas para diversas áreas de desenvolvimento, por meio de indicadores sociais, de saúde, meio ambiente e educação e têm como prazo final o ano de 2015.

O Brasil tem sido referência internacional no alcance das metas do milênio, com destaque para a erradicação da extrema pobreza e exclusão do Mapa da Fome mundial. No país, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS), de natureza voluntária, apartidária, ecumênica e plural assumiu, desde 2004, a missão de promover e articular estratégias para o alcance dos ODM. O movimento trabalha por meio da ação coletiva de organizações não governamentais, empresas, universidades, igrejas, sindicatos, movimentos sociais, associações de bairros e governos das três

¹ Os autores dedicam este texto à memória de Girlene Reis, companheira do Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade que militou com dedicação e competência por um mundo melhor junto com os ODM.

² Marcos Assis é pesquisador e professor da Fundação João Pinheiro. Bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela UFMG. Fez o mestrado em Administração Pública pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. É especialista em Elaboração, Gestão e Avaliação em Projetos Sociais. Trabalhou com gestão, monitoramento e avaliação de projetos sociais na Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão do Governo de Minas Gerais, quando também foi representante da secretaria no Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

³ Carolina Imura é mestre em sociologia pela UFMG e graduada em Psicologia pela PUCSP. É especialista em elaboração, gestão e avaliação de projetos sociais pela UFMG e em saúde coletiva pela FMUSP. Atualmente é consultora da Herkenhoff & Prates, com foco em avaliação e monitoramento de políticas públicas e elaboração de projetos sociais. Representa a empresa no Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade.

instâncias federativas. Ao longo dos seus dez anos de trajetória, o movimento ganhou capilaridade nacional e construiu núcleos em todos os estados da federação e no distrito federal.

Embora o Brasil de maneira geral tenha conseguido cumprir e até mesmo superar as metas estabelecidas para cada ODM como país, uma análise mais apurada verifica que o alcance das metas por municípios e, inclusive, por alguns estados brasileiros é ainda um desafio. Assim, apesar da perspectiva de encerramento do prazo, o MNCS tem permanecido ativo na mobilização de atores e na estruturação de ações para a agenda global de desenvolvimento.

Este trabalho tem como objetivo traçar e analisar o perfil do MNCS no Brasil. Mais especificamente, pretende-se conhecer o perfil dos seus representantes estratégicos e as principais características dos núcleos estaduais, especialmente no que se refere aos atores sociais que os compõem, o papel desempenhado por eles, bem como as características organizacionais do movimento, suas principais ações e iniciativas para a sustentabilidade.

Utilizamos como perspectiva teórica os estudos sobre novos movimentos sociais de modo a iluminar a compreensão sobre o fenômeno da mobilização social e ação coletiva. A metodologia deste trabalho constituiu-se de coleta de dados primários (entrevista e aplicação de questionário) e análise documental de relatórios oficiais do movimento e informações dispostas em sites oficiais relacionados ao tema.

Entendemos que chegado o prazo estabelecido para o cumprimento dos ODM e no contexto de transição para novos objetivos, ao final deste ano, a relevância desse estudo se evidencia. A presente investigação pode, portanto, identificar as características de atuação do MNCS até o momento e as possibilidades de adaptação aos novos desafios de desenvolvimento, agora, sustentáveis.

O texto se estrutura em três partes. Na próxima seção, discorreremos sobre as análises sociológicas dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina e suas configurações mais recentes. Em seguida, apresentamos a agenda ODM, recuperando a Declaração do Milênio que instituiu os objetivos e situamos o desempenho do Brasil no cumprimento das metas. Na última parte do trabalho, sintetizamos a metodologia usada na pesquisa e revelamos seus principais resultados, com enfoque no histórico do MNCS, o perfil de seus representantes e dos seus núcleos estaduais.

Notas sobre os movimentos sociais no Brasil e na América Latina

A expressão movimentos sociais foi cunhada no auge da Revolução Industrial do século XIX para designar o ascenso do movimento operário na Europa. Mais tarde, o marxismo aperfeiçoa a categoria, atribuindo-a as organizações da classe trabalhadora, sobretudo sindicatos e partidos,

mobilizadas em prol de mudanças nas relações capitalistas de produção. Porém, a emergência de formas “espontâneas” de organização de atores empenhados na transformação social, a partir da década de 1960 deslocou a compreensão racional dos movimentos sociais. A obra de Touraine (como citado por Doimo, 1995) acolhe os movimentos de gênero, pacifistas, ecológicos, urbanos e nacionalistas como inovações nas mobilizações sociais. Ao desenvolver a sua sociologia da ação, o autor preconiza que os movimentos sociais lutam pelo controle social e pela sua capacidade de transformar a sociedade. Desde então, há dissensos conceituais e analíticos na reflexão sociológica sobre as mudanças na organização, nos discursos e nas pautas dos movimentos sociais

Na América Latina e no Brasil, principalmente entre os anos 1970 e 1990, observou-se um complexo e imprevisível processo “movimentalista”, de acordo com Doimo (1995). Surgiram também os “novos movimentos sociais”, que se organizavam nas periferias das cidades, articulados com grupos religiosos e intelectuais de esquerda mobilizados contra a ordem social instaurada e contra os governos autoritários no continente (Gohn, 2014). Os movimentos levantavam bandeiras diversas, pela terra e a reforma agrária por aqui, pela exploração mercantil do petróleo no Equador, pela habitação urbana no México, pelas oportunidades de trabalho na cidade, na Argentina e no campo, na Bolívia. Porém, sob este aspecto, os novos movimentos não seriam distintos dos movimentos mais clássicos, uma vez que a vontade pela mudança na vida social e na esfera política está no cerne de todos os movimentos sociais. É a estruturação fragmentada, instável, territorializada e associativa dos novos movimentos que os distingue das organizações mais clássicas. As experiências emergentes se estruturaram, portanto, à margem das formas tradicionais e racionais de participação, como partidos e sindicatos de trabalhadores, afirmando assim novas identidades sociais próprias da sociedade pós-industrial (Goirand, 2009). Esse paradigma enfatiza, portanto, a interação e a ação dos atores como fundamentais para a compreensão dos movimentos sociais.

Essa fonte paradigmática predominou na análise dos movimentos sociais do Brasil e da América Latina até a década de 1990⁴, quando os analistas observaram a erosão das mobilizações e os limites de suas conquistas, apontando para um processo de desmobilização. A luta faria menos sentido por um lado, em virtude da melhoria nas condições materiais e por outro, pelo desinteresse na ação coletiva frente às vontades particulares (Goirand, 2009).

Nos anos 2000, em muitos países do continente, inclusive no Brasil, partidos de esquerda que haviam iniciado sua luta 20 anos antes, alcançaram o poder, reconfigurando a expressão dos

⁴ Uma discussão importante neste campo trata da predominância da referência europeia, como Alain Touraine, Alberto Melucci, Manuel Castels na análise dos movimentos sociais no Brasil e na América Latina inclusive sobre as possibilidades de uma teoria dos movimentos sociais do Sul. Sobre esse assunto, ver Gohn (2014).

movimentos sociais. Muitas de suas demandas passam a ser atendidas através de políticas públicas, muitos militantes ingressam nas esferas de governo transformando o aprendizado da mobilização em recursos profissionais para a ação coletiva. Os movimentos ganham maior espaço de participação na cena política e maior capacidade de vocalização de sua luta. A base de mobilização se diversifica, inserindo novas palavras de ordem e novas formas de contestação e concepção sobre a ação coletiva. (Goirand, 2009).

No novo século, os movimentos sociais contam com os recursos tecnológicos e as redes sociais digitais, formas organizativas *ad hoc*, para se mobilizarem também na esfera virtual e se comunicarem on-line. Desta transformação decorre o processo de transnacionalização dos movimentos e as análises passam a considerar elementos de conexão entre experiências locais e globais. (Gohn, 2014). A sociologia dos movimentos sociais encontra terreno fértil para ampliar suas reflexões para além dos resultados dos movimentos, de suas formas de organização, estratégias e práticas, desvelando também seus valores e identidades, as inovações na reconstrução do espaço social e político ocupado por eles e os recursos de contestação utilizados pelos atores. "Os movimentos sociais são aqui compreendidos como coletividades formadas por uma pluralidade de atores sociais, individuais e organizacionais, ligados em modelos de interação, com base em identidades compartilhadas construídas mediante relações de conflito e cooperação". (Diani; Melucci apud Carlos, 2014, p. 98). O presente trabalho se situa neste contexto.

O Pacto do Milênio e os ODM no Brasil

Entre os dias 06 a 08 de setembro de 2000, chefes de estado e de governo de 191 nações signatárias das Organizações das Nações Unidas se reuniram em Nova Iorque para refletir sobre os fundamentos de um mundo mais pacífico, próspero e justo. Ao final da reunião, foi assinada a Declaração do Milênio, uma carta com compromissos assumidos pelos governos com o combate a pobreza e outros problemas sociais, construída levando em consideração fóruns e reuniões regionais de consulta popular. O documento representava um avanço na construção de um pacto mundial empenhado em ampliar o potencial da globalização como força positiva para todas as sociedades do mundo, dada a distribuição desigual de seus benefícios e custos entre as regiões do planeta. Constavam como valores orientadores da Declaração a liberdade, a igualdade de direitos e oportunidades, a solidariedade, a tolerância, o respeito pela natureza e a responsabilidade comum. Para operacionalizar os valores em estratégias de ação, foram identificados oito objetivos prioritários, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) a serem alcançados até o final do ano de 2015 (UNIC, 2001).

De acordo com o portal do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio são⁵: (1) Acabar com a fome e a miséria, com a meta de reduzir a pobreza extrema no mundo à metade do patamar aferido em 1990; (2) Educação básica de qualidade para todos, focando na universalização do acesso à educação básica; (3) Igualdade de sexos e autonomia das mulheres, por meio da redução das desigualdades de gênero; (4) Reduzir a mortalidade infantil, com a meta de redução a taxa de mortalidade entre crianças menores de 5 anos; (5) Melhorar a saúde materna, com a meta de diminuir a taxa de mortalidade de gestantes e mães de recém-nascidos; (6) Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, focando na prevenção de enfermidades graves e que tenham incidência regional, como a tuberculose; (7) Garantir a sustentabilidade ambiental, reduzindo taxas de desmatamento de biomas, ampliando o acesso a recursos básicos de saneamento, com água e esgoto, a condições de moradia adequadas; (8) Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento, com a meta de diversificar os canais de participação das nações em desenvolvimento na reconfiguração da ordem econômica internacional.

O desempenho do Brasil no alcance das metas do milênio é satisfatório. Elas são acompanhadas por meio de indicadores para uma série histórica de dez ou 20 anos. Dados do último relatório de acompanhamento dos ODM no país, publicado em 2014, revelam que à exceção do ODM 5 “melhorar a saúde materna”, o país alcançou todas as metas propostas. Porém, ainda enfrenta desafios importantes como a redução da pobreza, os casos de desnutrição e de doenças graves, a conclusão da educação básica, a mortalidade de crianças menores de um ano, a redução das desigualdades de gênero, a oferta de água potável e infraestrutura domiciliar adequada e o aumento da influência nos acordos e instâncias internacionais (Brasil, 2014). Mas nenhum desafio é maior do que a regionalização dos resultados: a vasta extensão territorial do país e suas especificidades locais dificultam a capilarização dos avanços nacionais para unidades da federação e para os municípios.

Ao final de 2015, as metas finais dos países signatários da Declaração do Milênio serão finalmente apuradas com a chegada do prazo final do acordo. Em 2012, como deliberação da Conferência das Nações Unidas pelo Desenvolvimento Sustentável Rio + 20, foi criado um processo intergovernamental e participativo para a definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), com o propósito de levar adiante os compromissos internacionais com o desenvolvimento. O Grupo Aberto de Trabalho discutiu uma proposta de 17 ODS e um total de 169 metas correlatas que com previsão de aprovação na Assembleia Geral da ONU em setembro de 2015. Os ODS substituirão os ODM a partir de 2016.

⁵ Ver em: <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx>.

A proposta da Declaração do Milênio abarca objetivos multisetoriais, diversos e complexos. Movimentos sociais mobilizados em torno dos ODM deveriam, à primeira vista, ampliar sua base formativa e ideológica para dar conta dessa temática ampliada e ao mesmo tempo global e local. No Brasil uma experiência peculiar de mobilização da agenda ODM é o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade (MNCS), estudado neste trabalho. Seu histórico e perfil serão apresentados nas próximas seções, após o detalhamento da metodologia utilizada na pesquisa.

Notas metodológicas

O presente trabalho utilizou como estratégias metodológicas pesquisa documental sobre o MNCS e a coleta primária de informações por meio de entrevista e aplicação de questionário online. Os documentos analisados referem-se a diretrizes do movimento, relatórios de planejamento e relatórios executivos das atividades realizadas, informações do portal do movimento e e-mails oficiais. A entrevista foi feita com Secretário Executivo Nacional do MNCS e teve o objetivo de compreender a sua história estruturação nacional e estadual.

Os questionários com perguntas fechadas e abertas foram aplicados preferencialmente aos secretários executivos estaduais, representantes de cada estado da federação ou seus adjuntos no Colegiado Nacional do movimento, podendo também ser respondidos por outros representantes estratégicos. O questionário foi enviado por e-mail aos atores preferenciais, foi estruturado em formato eletrônico contendo perguntas sobre: o perfil do secretário executivo (líder regional), composição e perfil dos participantes e parceiros, tipos de vínculo estabelecidos entre eles e o núcleo estadual (cooperação, comunicação, aliança, parceria, etc), atores mais influentes, tipo de atuação e principais atividades, capacidade, abrangência e sustentabilidade (financeira e demais recursos não-financeiros). Desse modo, pretendeu-se investigar a estrutura discursiva do Movimento, como instância de representação nacional, bem como a estrutura, organização e abrangência de cada um dos núcleos estaduais, além de conhecer os indícios de sustentabilidade do MNCS. Ao todo, 18 questionários foram respondidos por representantes de todas as cinco regiões brasileiras (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro Oeste) e de 13 diferentes estados da federação, além do distrito federal, sendo os secretários executivos a maioria dos respondentes e, portanto, representantes de seus estados no Colegiado nacional do Movimento.

O Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade: histórico, perfil e atuação pró ODM no Brasil

Histórico

Conforme apurado na entrevista com o Secretário Executivo Nacional do MNCS, o Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade é uma iniciativa de um grupo heterogêneo de atores que começa a se reunir e criar força a partir de 2004, com a realização da Semana Nacional pela Cidadania e Solidariedade. O evento teve como inspiração as crenças, valores e ideais do sociólogo Hebert de Souza, o Betinho, importante liderança social na mobilização de estratégias de combate à fome no Brasil. A partir desse ano, o evento passou a ocorrer anualmente. Além de gerar um balanço das ações e resultados relacionados aos objetivos de desenvolvimento do milênio, a semana também objetivava a mobilização da sociedade para o exercício da cidadania e da solidariedade e a reflexão sobre as ações e práticas concretas para a melhoria do país.

No primeiro momento, o Movimento foi formado basicamente por empresas, com destaque para bancos nacionais e multinacionais e grandes empresas. Era, desta forma, liderado pelo Instituto Ethos, Organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) cuja missão é mobilizar empresas a gerirem seus negócios de forma socialmente responsável e sustentável. Com grande reputação no setor privado, a Oscip conseguiu agregar um conjunto de entidades em torno da agenda dos ODM. Quando seu principal líder (Oded Grajew) é convidado a compor o quadro de técnicos do governo federal, na gestão do então Presidente Lula, a agenda passa a ser incorporada ao discurso governamental e tornar-se um norteador das políticas públicas relacionadas ao tema, especialmente ao combate à fome (por meio do Programa Nacional Fome Zero). Em 2005 é lançado o primeiro evento Prêmio ODM Brasil, coordenado pelo Governo Federal e pelo MNCS como forma de dar visibilidade às iniciativas que já vinham ocorrendo, mas também mobilizar outros atores para compor o movimento. Durante esta fase de estruturação, o MNCS fez uma ampla propaganda de sensibilização para a agenda ODM, inclusive criando os 8 ícones usados como marca dos objetivos e vocalizando o slogan “Nós Podemos”. O movimento tinha como composição majoritária nesta etapa organizações do setor privado, além é claro, do apoio do Governo Federal. Mesmo com todos os esforços de difusão da agenda e do “Nós Podemos”, o MNCS ainda não tinha abrangência nacional.

A partir de 2009, o MNCS passa a ser apoiado pela Federação das Indústrias do estado do Paraná (Fiep) e pelo Serviço Social da Indústria (SESI) do mesmo estado. A nova base de apoio tinha como missão capilarizar a força do Movimento para os estados brasileiros e sistematizar indicadores e estatísticas de acompanhamento das metas do milênio. Para concretizar a primeira missão, foi realizado

neste ano o 1º Encontro Nacional do MNCS, na cidade de Curitiba (PR), reunindo representantes de vários estados da federação. A segunda missão decorreu na criação do Portal ODM, plataforma com indicadores afetos aos ODM para todos municípios brasileiros⁶.

Em 2012, durante a realização do 2º Encontro Nacional do Movimento uma novidade inaugura uma nova fase do MNCS. Foi instituído um Colegiado Nacional e articuladores regionais para atuarem na mobilização da agenda ODM em todos os estados brasileiros para a criação de núcleos estaduais. Esse encontro contou com a participação dos representantes do Movimento e de todos os estados e do Distrito Federal e teve como objetivo discutir os planos de trabalho nos estados, as alterações nas diretrizes do MNCS, e a elaboração do Projeto ODM Brasil 2015, coordenado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e financiado por empresas e bancos públicos. Iniciou-se ainda, nesta fase de maturação institucional do MNCS, a formalização da adesão ao Movimento por meio de instrumento próprio e o apoio via subvenção de recursos do Projeto ODM Brasil⁷ ao processo de municipalização dos ODM. O intuito da municipalização é levar a pauta dos objetivos a todos os municípios de todas as regiões e unidades federativas do Brasil e estimular para a criação de núcleos regionais e municipais. Em outras palavras, a estratégia tem como objetivos a consolidação de uma rede local e trissetorial de organizações mobilizadas para a convergência de ações (políticas públicas e projetos de intervenção) capazes de impactarem as metas do milênio. É sobretudo nesta fase que a base participativa do Movimento se amplia, contando então com mais parceiros do poder público e sociedade civil. No início de 2015, o movimento amplia a participação estadual no Colegiado Nacional, elegendo um representante estadual de cada estado para compor a instância de planejamento e decisão do MNCS.

Perfil dos representantes

Os principais representantes dos núcleos regionais nos estados têm idade entre 26 e 66 anos, concentrando-se na faixa etária entre os 41 e 60 anos de idade (65%). A maioria é do sexo feminino (70%) e tem alta escolaridade, sendo 91% com ensino superior e pós-graduação completos. A grande maioria realiza outros trabalhos voluntários em conselhos de direito, fóruns e organizações sem fins lucrativos. Vinte e dois dos 23 representantes possuem um trabalho remunerado (sete no setor público,

⁶ Ver: <http://www.portalodm.com.br/>

⁷ O Projeto ODM Brasil é um projeto de cooperação técnica internacional, aprovado pela Agência Brasileira de Cooperação, coordenado e executado pelo PNUD que conta com o apoio institucional da Secretaria-Geral da Presidência da República e com o apoio financeiro do Sebrae, Banco Do Nordeste, Furnas, Petrobrás, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, estes dois últimos através de patrocínio.

oito no setor privado – incluindo o sistema S⁸), dois em organizações não-governamentais e um em instituição religiosa (pastor).

O trabalho realizado em prol do núcleo não é integral, pois se verificou que apenas quatro de 23 (17%) dedicam 60 horas ou mais, por mês, para as atividades do núcleo. A data de ingresso ao movimento se distribui, entre esses representantes, no período de 2004 a 2014, com destaques para os anos de 2006, 2009 e 2013, anos esses que registram alguma mudança na organização do movimento, conforme referenciado na seção anterior. Em 2006 houve um investimento em divulgação e mobilização, em 2009 houve a mudança na coordenação do movimento, passando parte substantiva das responsabilidades para o SESI Paraná e o ano de 2013 marca a preocupação com a institucionalização da participação, iniciando-se a exigência de assinatura do Termo de Adesão.

A motivação para a participação no movimento gira em torno de algumas categorias, a saber: (a) convergência entre o trabalho principal e remunerado e as ações do movimento; (b) a capacidade de o movimento reunir representantes dos três setores (poder público, setor privado, organizações sociais) e a abrangência que a temática dos ODM; (c) o histórico de participação do representante em movimentos sociais; (d) os objetivos de monitorar e influenciar políticas públicas; (e) ser agente de transformação e contribuir para um mundo melhor.

Nota-se, portanto, que o perfil dos representantes estratégicos do MNCS é homogêneo, elitizado (tanto econômica quanto educacionalmente) e não revela um engajamento substancial ao Movimento propriamente dito. De acordo com os parâmetros de Gramsci, poderia se afirmar que a iniciativa é composta mais por intelectuais tradicionais do que por intelectuais orgânicos (Macciocchi, 1977). Ou seja, o perfil dos representantes do MNCS é preponderantemente do intelectual que se vincula a um grupo ou instituição social na qual compartilha valores com os demais membros, mas não é porta voz de uma ideologia ou interesses de classes que procure romper com o status quo, conforme descrição de Gramsci para o chamado intelectual orgânico.

Perfil dos núcleos estaduais

No que se refere ao perfil dos grupos que constituem os núcleos estaduais do Movimento, foi possível verificar uma formação trisetorial, ou seja, composta por organizações públicas, privadas ou sociais. Os integrantes dos núcleos estaduais representam empresas, governos de estado, prefeituras, secretarias e outros órgãos públicos, universidades, cooperativas, órgãos representativos de classes e conselhos de direitos, voluntários, ONGs, Fundações, Ministério Público.

⁸ Convencionou-se denominar “Sistema S” as instituições de interesse de categorias profissionais, estabelecidas pela Constituição brasileira, tais como: SESI, SENAI, SEBRAE, SEST etc.

A participação não é sistemática e a frequência dos participantes é variável. De modo geral, os núcleos possuem entre cinco a 15 participantes, sendo que os estados de Sergipe, Alagoas, Minas Gerais, Paraná e o núcleo de Cascavel (regional do Paraná) reportam mais de 20 participantes.

As atividades desenvolvidas pelos núcleos estaduais, de modo geral, coincidem entre os núcleos e se distribuem nas seguintes categorias: reuniões de planejamento, ações de mobilização de novos participantes (pessoas físicas e jurídicas), alinhamento com parceiros, realização e participação em fóruns, seminários e congressos ou outros eventos com temáticas afins aos ODM, capacitações, acompanhamento dos núcleos regionais ou municipais. Em suma, notam-se o desenvolvimento de ações com vistas ao processo de descentralização do movimento, ou da sua municipalização, ainda que sob o acompanhamento do núcleo estadual central.

Os atores sociais mais influentes nos núcleos variam entre instituições e pessoas físicas. Cada um dos coordenadores das iniciativas consultadas determinou os cinco atores mais influentes no seu projeto ou programa e depois estabelecem os tipos de vínculos estabelecidos por esse ator e a iniciativa em questão. O resultado obtido está, portanto, intimamente relacionado ao contexto de cada uma das iniciativas.

De modo geral os núcleos estaduais reportam vínculos de parceria⁹ ou corresponsabilidade, de acordo com definições de Spink (2002). Segundo o autor, a parceria é uma relação mais substantiva, que se estabelece em longo prazo, nas quais se compartilha valores, além de constituir relações mais substantivas. Os núcleos de Minas Gerais e do Paraná (estadual e o de Cascavel) são os que relatam o maior número de vínculos de parceria. Os núcleos estaduais mais frágeis quanto aos vínculos entre seus integrantes são os de Sergipe e Roraima que, em suas descrições, não demonstram relações mais substantivas, apenas vínculos de comunicação, por meio de conexões causais. De acordo com Spink (2002), os vínculos de comunicação têm como objetivo a troca de informação e podem ser divididos em dois subgrupos: o das conexões casuais e o das conexões em rede. Integram-se ao primeiro as trocas eventuais, quando há necessidade ou oportunidade. Já no segundo subgrupo estão as trocas articuladas e constituem importantes “mecanismos interorganizacionais” permitem contatos, articulações, assumindo caráter mais ou menos formal a depender do motivo do vínculo ou dos atores envolvidos.

Outros tipos de vínculos possíveis, de acordo com o autor são de cooperação ou apoio e as alianças. A cooperação ou apoio não devem ser confundidos com parceria ou de aliança, que dizem respeito a relações mais substantivas. Esse tipo de vínculo refere-se a “(...) formas de colaboração com foco específico, no curto ou médio prazo, e como um objetivo comum.” (Spink, 2002, p. 158). Os

⁹ Um cuidado a ser tomado é o uso da expressão ‘vínculo’. Por ser mais geral, evita o uso indiscriminado (e banalizado) do termo ‘parceria’.

vínculos de aliança, parece-se com a parceria, porém está restrita a um tópico de interesse, sem, necessariamente, compartilhar valores, são parcerias mais restritas.

As categorias descritas por Spink (2002) são úteis para demonstrar a capilaridade dos núcleos para sua atuação, mas também a profundidade dos vínculos, podendo-se, assim, ter indícios de sua sustentabilidade, ou seja, sua capacidade de sobrevivência ao longo do tempo. Assim, quanto mais alianças e parcerias, maior consistência nas relações entre os integrantes do grupo e o núcleo e, portanto, maior capacidade de atuação e perenidade na atuação.

Quanto ao financiamento das ações dos núcleos o que se nota é um investimento assistemático, preponderantemente pontual para uma atividade ou projeto, em grande parte das unidades federativas estudadas. Surpreende o fato de apenas quatro unidades receberem recursos do Pnud, tendo em vista sua disponibilidade para todos os estados mediante preenchimento de formulário simples de ações. Nas respostas obtidas, o sistema S (Sesi e Sebrae) aparece como fonte financiadora importante para os núcleos do Tocantins, Rondônia e Paraná. O Núcleo de Roraima afirma não possuir fonte de recursos financeiros, mas conta com uma rede de atores que fornece recursos humanos e materiais para a consecução das atividades.

Em suma, o que se nota é que os núcleos estaduais compõem o organograma do Movimento Nacional e reproduzem sua hierarquia no âmbito local. Portanto, as funções e cargos se repetem em todas as esferas federativas do Movimento: nacional, estadual, regional e municipal (secretaria executiva, secretaria adjunta, secretaria de comunicação, secretaria de mobilização etc.). Pela forma como a estrutura do MNCS está desenhada, a influência da gestão central do Movimento nos núcleos estaduais é direta, por meio dos secretários executivos estaduais. Delineia-se, assim, uma participação representativa.

As atividades desenvolvidas pelos núcleos, de modo geral, são as de divulgação do Movimento e de criação de novos núcleos regionais e municipais. Contudo, não se verificam ações propositivas para alcance das metas do milênio. O objetivo das ações, conforme verificado nos discursos de todos os representantes estaduais, é mobilizar demais atores, capacitar e informar sobre os objetivos e sua importância. Eventualmente são realizadas ações de acompanhamento das metas. Entretanto, não se constata ações formalizadas de monitoramento e avaliação, especialmente do impacto do Movimento para o alcance das metas do milênio ou do impacto na mobilização efetiva de outros atores sociais em torno da agenda.

Com relação ao perfil dos representantes, verifica-se homogeneidade entre os núcleos estaduais, ressaltando-se a alta escolaridade e a participação como atividade paralela ao trabalho formal, notando-

se também a participação dos representantes em outros trabalhos voluntários. A análise dos atores sociais que compõem os núcleos revela diversidade, afirmando a característica trisetorial do Movimento. Todavia, a densidade dos vínculos estabelecidos entre os núcleos e seus integrantes é heterogênea, podendo se apresentar bastante frágil em alguns estados.

Em termos de sustentabilidade dos núcleos estaduais, nota-se certa fragilidade, especialmente no que se refere aos recursos financeiros. Embora os vínculos estabelecidos possam ser fortes, o que garante espaço para a realização das atividades, recursos humanos e materiais, a ausência de financiamento limita as ações de municipalização, especialmente por conta dos deslocamentos necessários. A depender do estado, as distâncias são muito grandes, o que dificulta as ações presenciais. Em princípio, a transição da agenda ODM para ODS, sem o aporte de recursos financeiros diretos aos núcleos estaduais, pode prejudicar sua implementação. Todavia, o aspecto metodológico de mobilização de atores, divulgação das ações, capacitação e replicação da metodologia parece suficientemente consolidado e pode-se manter facilmente, mesmo na transição das agendas.

Considerações Finais

A pesquisa realizada revelou que agenda dos ODM possui elevado poder de mobilização e, por meio dela, o Movimento tem conseguido agregar diferentes atores sociais, visto que ele articula governos, empresas, terceiro setor e sociedade civil. Entretanto, verifica-se uma participação preponderante de organizações formais, sem ainda o envolvimento ampliado de representantes dos setores sociais para quem os Objetivos de Desenvolvimento se dirigem. Os dados obtidos reforçam a importância da diversidade de atores sociais para que a rede seja suficientemente abrangente e consequentemente eficaz.

Notou-se que o processo de constituição do movimento, bem como sua abrangência e escala segue a lógica da institucionalização da participação social que vem ocorrendo há algumas décadas, mais especificamente no Brasil, a partir da Constituição de 1988, quando ganha força e institucionalidade.

A relação entre os núcleos estaduais e da representação nacional do Movimento com os governos e o Estado tem sido pacífica e marcada pela convergência de ações e intenções. Verificou-se, assim, a influência dos movimentos sociais e dos atores da sociedade civil no âmbito das políticas públicas, ainda que de maneira periférica e paroquial. Neste caso especialmente porque o Movimento não se propõe a executar ações diretas, mas constituir um elo entre organizações executivas, tais como serviços públicos e ONGs que atuam de forma direta em projetos direcionados aos ODM.

A agenda dos Objetivos Sustentáveis trará novos desafios e sua excessiva complexidade parece, de antemão, não colaborar para sua apropriação e implementação pelos vários setores sociais. Certo é que a experiência prévia com os ODM parece ter deixado o terreno fértil e arado para o desenvolvimento de novas ações. Contudo, dada as características da nova agenda, novos dispositivos serão necessários, passando pela “tradução” dos objetivos para as realidades locais, um forte alinhamento com os marcos institucionais do país, interesse político ampliado (não apenas de governos, mas também das empresas), engajamento mais consistente da sociedade civil (mesmo em sua versão ‘desorganizada’), coordenações consistentes em todos os níveis federativos e, certamente, a mobilização de novos recursos, incluindo-se os financeiros. Caso contrário, corre-se o risco de não haver apropriação da agenda, especialmente nos níveis subnacionais.

REFERÊNCIAS

- Carlos, E (2014, abril, junho). Movimentos sociais, engajamento institucional e seus efeitos: estudo de casos comparados no Espírito Santo. *Revista Democracia e Participação*. Vol. 1, No. 1. Recuperado a partir de <http://www.secretariageral.gov.br/atuacao/revista-democracia-e-participacao/revista-1-1>.
- Doimo, A. M. (1995). Movimento social: a crise de um conceito. In A. M. Doimo. *A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. (pp. 37-50). Rio de Janeiro: Relume Dumará,
- Gohn, M. G. (2014, setembro, dezembro). A produção sobre os movimentos sociais no Brasil no contexto da América Latina. *Política & Sociedade*. Vol. 13 No. 28. Recuperado a partir de <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2014v13n28p79>.
- Goirand, C. (2009). Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. *Estudos Históricos*, 22(44), 323-354. Recuperado a partir de <http://www.scielo.br/pdf/eh/v22n44/v22n44a02.pdf>.
- Macciocchi, M. A (1977). *A favor de Gramsci*. (2a ed.). (A. Peralva, Trad.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Objetivos de Desenvolvimento do Milênio: Relatório Nacional de Acompanhamento (maio, 2014). Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Brasília: IPEA. Recuperado a partir de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/140523_relatorioodm.pdf
- Spink, P. (2002). Parcerias e alianças com organizações não estatais. In P. Spink; S. Caccia-Bava, Silvio & V. Paulics, (Orgs.), *Novos contornos da gestão local: conceitos em construção*. (pp.141-172). São Paulo: Polis/FGV.
- Unic (2001). United Nations Information Centre. *Declaração do Milênio*. Lisboa. Recuperado a partir de http://www.pnud.org.br/Docs/declaracao_do_milenio.pdf